

# **O retorno tangível esperado dos Jogos Olímpicos de 2016 a partir do aprendizado dos Jogos Panamericanos de 2007**

**Erica Simone Almeida Resende**

Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ  
[esa@infolink.com.br](mailto:esa@infolink.com.br)

**Leonardo da Silva Morais**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ  
Secretária de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ  
[leonsysad@yahoo.com.br](mailto:leonsysad@yahoo.com.br)

## **Resumo**

O objetivo deste trabalho foi apresentar o retorno tangível esperado para os Jogos Olímpicos de 2016 a partir do aprendizado dos Jogos Panamericanos de 2007. Começamos com uma contextualização dos últimos vinte anos que caracterizou o pleito dos megaeventos como uma Política de Estado. O país realizou o Panamericano 2007 e aguarda as Olimpíadas 2016. Em função da similaridade dos eventos (localização, instalações e utilidade pública), analisamos os investimentos aportados nas construções para o Panamericano 2007, do projetado ao realizado, e as alterações necessárias para 2016. Limitamo-nos aos aspectos tangíveis das construções realizadas para o evento. O resultado apresenta que todos os projetos tiveram aumento até a conclusão, e para 2016 todos deverão sofrer novos reajustes. Concluímos com a sugestão de um modelo participativo com envolvimento da sociedade na tomada de decisões em todas as etapas dos megaeventos para minimizar os custos e maximizar as oportunidades posteriormente aos megaeventos.

Palavras Chaves: Retorno tangível, Políticas de Estado, megaeventos.

## **Abstract**

The objective of this study was to show the tangible return expected for Olympics 2016 from the learning of the Panamerican Games 2007. We begin with a contextualization of the last twenty years that characterized the election of mega-events as a Politic of State. The country held Panamericano 2007 and awaits the 2016 Olympics. Due to the similarity of events (location, facilities and utilities), we analyze the forecast investments and real investments in construction to Panamericano 2007's, and the necessary changes for 2016. We analyzed only the tangible aspects of the constructions carried out for the event. The result shows that all projects had increased since the begin to completion, and to 2016 all projects will suffer further adjustments. We conclude by suggesting a participative model with involvement of the society in decision-making at all stages of mega events to minimize costs and maximize opportunities after the mega events.

Key Words: Tangible return, Politic of State, mega events.

## 1. Introdução

Até conseguir o direito de realizar os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, o Brasil apresentou três candidaturas, sem êxito, nos últimos vinte anos: Brasília 2000, Rio 2004 e Rio 2012. Entre erro e acertos, a candidatura para realização das olimpíadas sempre esteve na pauta dos governos brasileiros no período neoliberal posterior a Guerra Fria.

À exceção da primeira, cuja candidatura foi declinada logo após o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, as demais seguiram até o final do processo de escolha. A escolha para sediar as olimpíadas sempre esteve presente nas políticas adotadas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva<sup>1</sup>.

De acordo com Vigevani, Oliveira, e Cintra (2003), FHC defendeu uma agenda internacional proativa com posicionamento construtivista de um país pacifista, e assim evitou o isolamento, e se posicionou perante a intensificação da globalização. A busca de normas e regimes internacionais que visavam o fortalecimento de um ambiente o mais possível institucionalizado foi uma constante.

Internamente, adotou medidas gerencialista com privatizações, abertura de mercados e controle inflacionário, as ações foram um reflexo sobre a contextualização da ordem mundial naquele momento.

Para Oliveira (2009), a importância atribuída às empresas transnacionais nas discussões políticas e econômicas, nos anos 80 e 90, ocorreu por essas ocuparem fatia relevante do comércio internacional e dos fluxos de investimento cruzado nos países ricos, bem como pelas expectativas formadas pelo surgimento de novos mercados. O resultado foi que após décadas de hegemonia *keynesiana*, estava aberto o caminho para a implantação políticas econômicas ortodoxas que, foram traduzidas para a gestão pública e, especialmente, para a gestão urbana.

A diplomacia presidencial e o sucesso do Plano Real<sup>2</sup> ajudaram a reconstrução da imagem brasileira, que adquiriu credibilidade e confiança junto ao resto do mundo. Nesse cenário, em 1996, o Brasil se lançou como candidato as olimpíadas de 2004, entretanto, ainda estava longe do país apresentar-se como apto para realização de um megaevento desse porte.

Embora com economia mais sólida, o país ainda aparecia ainda como candidato a *player* global, carecia de demonstrar que possuía capacidade para realização de outros grandes eventos antes dos Jogos Olímpicos.

Uma das lições aprendidas foi que o país precisa ter uma identidade para o mundo e nesse sentido precisa apresentar cidade(s) que estive interligada ao resto do mundo. Existe a necessidade de premência da adaptação física das cidades para o atendimento de megaeventos, qual seja a dotação de espaços adequados para a realização dos negócios, a formação de empregados qualificados, além da necessidade de elevada comunicabilidade com o mundo (CASTELLS, 1999).

A cidade do Rio de Janeiro possuía várias características necessárias apontadas por Castells (1999). Para o pleito de megaeventos e o país passou a trabalhar com o Rio na postulação dos eventos que viriam a seguir.

---

<sup>1</sup> FHC e Lula foram os primeiros governantes do período posterior ao regime militar que foram eleitos de forma popular, sendo reeleitos em seguida. Os mandatos foram de 1995 a 2002 e 2003 a 2010, respectivamente.

<sup>2</sup> Programa que estabilização da economia brasileira, iniciado em 1994 por FHC quando ainda era Ministro da Fazenda, seu principal resultado foi conter a bolha inflacionária que o país viveu durante anos.

Paralelamente ao pleito das olimpíadas, o Brasil participou do processo de escolha de outros megaeventos. Em 2002, o país conseguiu o direito de sediar os Jogos Panamericanos 2007. O evento que reuniu atletas das três Américas foi visto como uma oportunidade do país mostrar que tinha capacidade de realizar eventos de magnitudes internacionais.

Em 2003, Lula assumiu a presidência da república. Para Cervo (2010), uma das características do governo foi a postura mais ativa no cenário internacional com busca de autonomia, com o fortalecimento dos países em desenvolvimento que passaram a influir significativamente na ordem mundial. Logo no início do governo, o Brasil apresentou a candidatura Rio 2012, mas que foi eliminada ainda na primeira fase, seguindo a diante na disputa as cidades de Paris, Madrid, Nova York e Moscou e Londres que viria a ser a vencedora.

Em 2007, ocorreram os Jogos Panamericanos no Rio de Janeiro, o primeiro dos megaeventos esportivos realizados no Brasil nos últimos vinte anos e que credenciaram o país em 2009 no processo de escolha para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, que viria a ser concretizado. Foi instalado o conceito de cidade-pátria, que visava à instrumentalização imediata e consciente das tecnologias urbanísticas e arquitetônicas, bem como de capitais, para mobilizar consciências, tinha por objetivo alimentar o patriotismo cívico. (VAINER, 2000)

As olimpíadas, talvez, sejam o megaevento esportivo, que proporciona a maior visibilidade e autonomia internacional para um país. Entretanto, por si só, não garante o retorno financeiro e benefícios à sociedade. O modelo e a forma como são conduzidos, geralmente, apresentam controvérsias quanto ao destino dos recursos aportados, há o dilema entre as necessidades do país e de realização do evento, principalmente num país democrático como o Brasil. A população deveria exigir a existência de canais institucionais propícios à participação da sociedade civil e movimentos sociais nos processos de planejamento e nas decisões tomadas. (OMENA, 2011)

Para Morlino (2007), uma democracia com qualidade é aquela que antes de qualquer coisa, apresenta um regime amplamente legitimado e, portanto, estável, e com o qual os cidadãos estão plenamente satisfeitos. Os investimentos vultosos para realização de megaeventos esportivos apresentam dúvidas quanto à transparência das informações, o que dificulta sua mensuração e comparação com problemas estruturais que acompanham o país, como: a desigualdade social, sistema de saúde precário e baixo nível de educação fundamental<sup>3</sup>.

De acordo com Rubio (2005), se não existe a priori qualquer cidade já estruturada para realizar os Jogos Olímpicos há que se admitir que todas as postulantes passarão por obras, em maior ou menor proporção, para poder se adequar a todo o movimento físico e humano desencadeado pela sua realização. Em função das cifras elevadas investidas para conseguir o direito de sediar os megaeventos esportivos, que envolve diferentes áreas de atuação como: construções e adequações de instalações esportivas, necessidade de planejamento em mobilidade urbana, investimento em segurança e também em telecomunicações.

Diante da consolidação da autoafirmação do Brasil como emergente potência no cenário internacional e a necessidade de investimentos em setores estruturais do país. Entendemos que é necessário haver convergência entre os recursos a serem investido para os próximos megaeventos esportivos com as necessidades de desenvolvimento da população.

---

<sup>3</sup> Segundo relatório de 2011 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro ocupa apenas a posição de número 85 de um total de 185 países, sendo o de menor média de anos de estudo entre todos os países da América Latina.

Logo, perguntamos: Qual o retorno tangível esperado para os Jogos Olímpicos de 2016 a partir do aprendizado dos Jogos Panamericanos de 2007?

## 2. Objetivos

Os desafios para redução da desigualdade social no Brasil são enormes e quaisquer dispêndios financeiros devem ser bem avaliados em detrimento de outras políticas públicas a serem adotadas. A situação atual do país, faz com que os recursos investidos em megaeventos sejam extremamente criteriosos e devem trazer retornos além do próprio evento em si. O ufanismo precisa ser controlado através da análise crítica da distribuição de custos e benefícios (WHITSON E HORNE, 2006).

Segundo levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2007, o orçamento apresentado na pré-candidatura dos Jogos Panamericanos do Rio de Janeiro foi de R\$ 390 milhões, entretanto o total gasto foi de R\$ 3.583 bilhões, um acréscimo quase nove vezes maior.

O Ministério do Esporte (2007) considerou como principais legado tangíveis: a construção do Complexo Esportivo de Deodoro, do estádio Olímpico João Havelange e da Cidade dos Esportes (Arena Multiuso, Parque Aquático e Velódromo), a reforma do Parque Aquático Júlio Delamare e do Complexo Maracanã e Maracanãzinho, além de melhorias no Estádio de Remo da Lagoa Rodrigo de Freitas.

A partir dos Jogos Panamericanos o objetivo era deixar uma infraestrutura capaz de receber outros megaeventos, campeonatos nacionais, sul-americanos, mundiais e as olimpíadas. Entretanto, depois de passados cinco anos, deparamo-nos com outra realidade, pois pouco do legado será aproveitado para os Jogos Olímpicos de 2016 como veremos mais a diante.

De acordo com a Controladoria Geral da União através do portal de transparência<sup>4</sup>, os gastos somente para candidatura dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016 foram de R\$ 31,547 milhões, contratados diretamente pelo Ministério do Esporte e outros R\$ 55,868 milhões transferidos por ministérios ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

No dossiê de candidatura, as olimpíadas do Rio de Janeiro, apresentavam em seu orçamento um custo total R\$ 31,190 bilhões. Prevendo investimentos de capitais em: aeroportos, portos, acomodações, instalações esportivas e outros. Os números olímpicos dão dimensão do volume de investimentos que serão necessários por parte do governo para realização do evento em 2016, e os Jogos Panamericanos demonstraram o quanto o pode custar à elaboração de projetos mal elaborados e administrados.

Logo, o objetivo deste trabalho é apresentar o retorno tangível esperado dos Jogos Olímpicos de 2016 a partir do aprendizado dos Jogos Panamericanos de 2007.

---

<sup>4</sup> Site da Controladoria Geral da União que apresenta o total de gastos do governo federal.

### **3. Limitações da Pesquisa**

Em função da limitação do escopo a pesquisa não aborda aspectos intangíveis como: satisfação e autoestima popular, impactos dos megaeventos na política interna, ou sua relevância e representatividade da imagem brasileira no cenário internacional.

Limitou-se apenas aos benefícios tangíveis gerados pelas construções esportivas realizadas para o os Jogos Panamericanos de 2007. As instalações selecionadas foram: Complexo Esportivo de Deodoro, do estádio Olímpico João Havelange e da Cidade dos Esportes (Arena Multiuso, Parque Aquático e Velódromo). Neste contexto exploramos os investimentos previstos e os gastos para a realização do evento, a situação atual dos locais e o seu projeto para as olimpíadas de 2016.

Outras instalações existentes tiveram investimentos vultosos para reforma e modernização, como o Complexo do Maracanã (Composto pelo Parque Aquático Júlio Delamare, o estádio do Maracanã e o ginásio do Maracanãzinho, e o Estádio de Atletismo Célio de Barros), Estádio de Remo da Lagoa de Freitas e o Centro Esportivo Miécimo da Silva, mas por serem construções antigas, não foram abordadas.

### **4. Metodologia**

#### **4.1 Método utilizado**

Esta pesquisa é classificada como qualitativa exploratória, onde foi utilizada a estratégia do estudo de caso, sendo o objeto as estruturas esportivas construídas para realização dos Jogos Panamericanos de 2007, sendo classificada pelo Ministério do Esporte como legado tangível para a sociedade. Os jogos foram o primeiro grande evento realizado nos últimos vinte anos e caracterizou a política de megaeventos sendo atravessados diferentes governos.

As instalações exploradas na pesquisa foram: a construção do Complexo Esportivo de Deodoro, do estádio João Havelange, da Cidade dos Esportes (Arena Multiuso, Parque Aquático e Velódromo). Apresentamos as benfeitorias de cada uma destas instalações, e o estado atual que se encontra e que será necessário para utilização nos Jogos Olímpicos de 2016.

O plano e instrumento de coleta utilizado é o da pesquisa documental com fontes legais, e bibliográficas com revisão de artigos, dissertações e teses consultados no portal de periódico da CAPES<sup>5</sup>. A técnica para análise de dados é a de conteúdo com interpretação das informações.

---

<sup>5</sup> A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma fundação do Ministério da Educação, e desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todo o Brasil.

## 4.2 Limitações do Método

Por ser uma política caracterizada nos últimos vinte anos, e seus resultados aparecerem recentemente, nos últimos seis anos, aliado a singularidade do evento, Jogos Panamericanos 2007, não foi possível a comprovação empírica para generalização dos resultados da pesquisa.

A pesquisa foi documental e bibliográfica, sendo realizada a análise de conteúdo. Após consulta no periódico CAPES, identificamos um pequeno quantitativo de publicações em periódicos, dissertações e teses relacionados ao tema que trate do retorno tangível deixado dos Jogos Panamericanos de 2007 para os Jogos Olímpicos de 2016.

## 5. Os Achados

### 5.1 Complexo de Deodoro

O Complexo de Deodoro está localizado no bairro de mesmo nome, situado entre a zona oeste e o subúrbio da cidade. A área pertenceu ao exército brasileiro até 2005 quando foi comprada pela prefeitura do Rio de Janeiro.

Na região aconteceram as competições de hipismo, hóquei, pentatlo moderno, tiro esportivo e tiro com arco dos Jogos Panamericanos de 2007.

Para as competições estavam previstos o investimento na ordem R\$ 11,24 milhões, entretanto, o custo final acabou sendo de R\$ 119,80 milhões. De acordo com o TCU (2007), o acréscimo ocorreu em função das alterações necessárias para adequações que o projeto inicial sofreu para atendimento e realização do evento.

O projeto original da Vila Militar (Complexo Esportivo de Deodoro) sofreu modificações estruturais importantes com a inclusão das modalidades esportivas hóquei sobre grama, pentatlo moderno e tiro com arco, que seriam realizadas, respectivamente, no Centro de Futebol Zico, Centro de Educação Física Adalberto Nunes (Cefan) e Colégio Militar. Da mesma forma, as instalações temporárias (overlays) sob responsabilidade do Governo Federal também sofreram acréscimos em virtude do aumento no número de locais de competição. (TCU, 2007, p. 85)

O espaço será utilizado para as Olimpíadas de 2016, entretanto carece de melhorias e reformas. Em dezembro de 2012, foi lançado edital público que prevê plano de construção de novos espaços e melhorias em instalações já existentes, para o complexo, o custo previsto é de R\$ 39,3 milhões<sup>6</sup>. A licitação inicialmente estava prevista para fevereiro de

---

<sup>6</sup> Convênio de nº 776444/2012, firmado entre o Ministério do Esporte e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, publicado no Diário Oficial da União em 11 de Dezembro de 2012, cujo objeto é: A transferência de recursos financeiros para custear despesas com elaboração de estudos, Plano Geral Urbanístico e Projeto básico, Executivos, visando à realização dos jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

2013, mas o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) contestou os valores do edital, e exigiu explicações técnicas para justificativa dos valores apresentados. Atualmente, o local é de convivência comum e aberta ao público. As instalações recebem competições e servem para treinamento de atletas.

## **5.2 Estádio Olímpico João Havelange**

Considerado o maior legado dos Jogos Panamericanos de 2007, o Estádio Olímpico, conhecido como Engenheiro<sup>7</sup>, foi construído para a realização do evento e também ser a principal obra deixada para as Olimpíadas de 2016. No local, foram realizadas as provas de atletismo e partidas de futebol.

Objeto de grande polêmica, de acordo com o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM//RJ), o custo inicial do estádio deveria ser de R\$ 87,40 milhões, entretanto o valor final ficou em R\$ 395,65 milhões, mais de 400% de aumento. As discrepâncias dos valores chamaram atenção do TCM//RJ (2007), que solicitou relatório de inspeção especial, processo de nº 40/001387/2007, que identificou a falta de planejamento e condução como motivos para o aumento significativo dos valores:

[...] conclui-se que os problemas operacionais e de projeto apresentados durante todo o processo construtivo poderiam ter sido mitigados com um planejamento prévio mais acurado. Fatos como a elaboração de sondagens no terreno somente após a licitação da obra, e um orçamento inicial que sofreu alterações completas em itens relevantes como cobertura do estádio, exemplificam a falta de um projeto básico adequado e demonstram a ausência de um estudo de viabilidade que acarretaram, no final, em um acréscimo significativo no valor global da obra. (TCM, 2007, p.26)

Não bastasse os custos elevados para a construção do Estádio Olímpico, o Engenheiro, atualmente encontrasse interdito por apresentar problemas estruturais em sua cobertura. Sem previsão de funcionamento e com necessidade de novos investimentos tendo em vista sua utilidade habitual para uso de partidas de futebol e se apresentar no dossiê de candidatura como palco para as competições olímpicas de 2016.

O Estádio está cedido ao Botafogo de Futebol e Regatas que utiliza o local para realização de eventos esportivos e shows, mas diante da interdição, o clube tem procurado outras praças para manter suas atividades.

## **5.3 Cidade dos Esportes**

Os Jogos Panamericanos de 2007 contaram com o centro esportivo Cidade dos Esportes, construído no local anteriormente ocupado pelo Autódromo de Jacarepaguá, foi composto por três palcos: Arena Olímpica Multiuso, onde ocorreram os jogos de basquete e ginástica olímpica; Parque Aquático Maria Lenk, que recebeu as competições de natação, nado sincronizado e saltos ornamentais; e o Velódromo, local do ciclismo de pista e patinação em alta velocidade.

---

<sup>7</sup> Alusão ao fato do estádio estar localizado no bairro do Engenho de Dentro, no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com TCM/RJ (2009), para que se chegassem ao final dentro dos prazos, todas as construções sofreram reajustes em relação aos seus respectivos contratos iniciais, sendo a Arena Olímpica de R\$ 67,60 milhões para R\$ 127,46 milhões; o Parque Aquático Maria Lenk de R\$ 48,69 milhões para R\$ 84 milhões; e o Velódromo de R\$ 9,76 milhões para R\$ 12 milhões. O somatório total inicial foi de R\$ 126,05 milhões e o final de R\$ 224,43 milhões.

Para os Jogos Olímpicos de 2016, das três instalações, somente a Arena Olímpica poderá ser utilizada para receber as competições que anteriormente foram recebidas em 2007.

A Arena Olímpica foi cedida a uma empresa de eventos e atualmente o local recebe espetáculos, e eventualmente competições esportivas, entretanto, as instalações apresentam boas condições e sem necessidade de obras de adaptações para competições.

Em função da capacidade máxima de apenas 6.500 pessoas, o Parque Aquático Maria Lenk, não está apto a receber as provas de natação, cuja capacidade mínima para as finais são de 15.000 pessoas. Em 2016, o local receberá apenas os jogos de polo aquático. Desde o final de 2008, já era sabido que o local não comportaria as principais competições de natação. O secretário do Comitê Gestor das Ações Federais do Projeto Rio-2016, já informava à imprensa<sup>8</sup> que o local não estaria apto para as olimpíadas, e que a preocupação passava por questões orçamentárias para as olimpíadas no Rio de Janeiro.

Sabemos há meses que o Parque Aquático Maria Lenk não será usado para a natação e desde então estudamos alternativas. Podemos usar uma estrutura removível para as competições e o Maria Lenk para treinamento. Ou usar arquibancadas e piscina provisórias para as finais da natação e o Maria Lenk para os outros esportes aquáticos. É uma questão de orçamento. (LAYSER, 2008, p. SI)

Atualmente, o Parque Aquático Maria Lenk, serve de treinamento para atletas nacionais e também de delegações estrangeiras que realizam pré-temporadas no local.

O Velódromo do centro esportivo Cidade dos Esportes, construído para os Jogos Panamericanos de 2007, com instalações modernas, terá a sua pista desmontada e em seguida a estrutura será demolida.

Embora constasse no dossiê da candidatura das Olimpíadas do Rio de Janeiro, com necessidades de adaptações, ele não chegará a 2016, pois o custo das reformas seria próximo ao da edificação de um novo. O local foi construído apenas para o evento de 2007, sem se pensar na possibilidade da realização dos Jogos do Rio 2016, desta forma alguns padrões olímpicos não foram respeitados, como: capacidade de 1500 pessoas invés do mínimo exigido de 5000 lugares; curvatura e inclinação da pista insatisfatória às exigências da Federação Internacional de Ciclismo; existência de coluna central no ginásio, pequena quantidade de boxes e vestiários fecham a lista de motivos para não utilização do local.

A solução encontrada foi à construção de um novo velódromo, através de licitação, conforme o processo nº 06/500564/2013, da Empresa Olímpica Municipal (EOM) e a Empresa Municipal de Urbanização (RIO URBE), ambas ligadas ao governo do município do Rio de Janeiro.

---

<sup>8</sup> Entrevista do secretário ao jornal Folha de São Paulo, publicada em 02 de dezembro de 2008.

## 6. Resultado

### 6.1 Avaliação dos Jogos Panamericanos 2007

A história recente da realização dos megaeventos esportivos mostra que são três as motivações para a realização para o êxito dos eventos: apresentação do país como um *player* global independentemente das condições estruturais das cidades (basicamente recursos públicos); combinação de interesses particular e de governo de forma a todos lucrarem financeiramente (parcerias públicas e privadas); e comercial privado, sem esforços do governo, onde o ambiente já está totalmente pronto, cabendo ao Estado apenas o poder de ordem.

As atuações apresentadas apontam que o caminho adotado pelo Brasil está próximo ao primeiro modelo, onde são priorizadas o interesse governamental com exposição do país como uma das potências emergentes. Ao invés do pensamento racional com envolvimento do capital privado para realização dos megaeventos.

As diferentes realidades (financeiras, econômicas e culturais) dos países fazem com que cada um adote uma estratégia, na busca pela sua satisfação. Não existe o certo ou errado e também é complexo pensarmos e comparar um país com outro em função dos avanços tecnológicos e instabilidade econômica global no momento de cada evento.

Entendemos que qualquer recurso deve ser bem investido e objetivo quanto a realização deve ser claro. Os Jogos Olímpicos de Barcelona, tipo como grande exemplo dos últimos anos tinha claro onde ocorreriam os investimentos e os quais os benefícios que eles queriam.

Dado o modelo de Barcelona, muitos projetos tinham de ser cumpridos e muitos mais tinham de ser gerida, a maioria dos quais não foram diretamente necessários para os Jogos em si. Este foi precisamente um dos principais impactos: deixar como legado dos Jogos Olímpicos o maior número de investimentos totalmente úteis. (IPEA, 2008, p.16)

O Brasil por ser uma unidade federativa de Estado democrático, legitimado pela Constituição Federal, deveria apresentar a sociedade de forma transparente como os recursos são aplicados para sua manifestação. Para que os Jogos Panamericanos 2007 fossem realizados, muitas instalações tiveram que ter sinergia entre as três esferas<sup>9</sup>.

Da candidatura as realizações dos jogos foram: dois presidentes da república, quatro governadores estaduais, e um prefeito municipal. É inegável a dissociação entre as disputas dos agentes políticos envolvida, em alguns momentos apresentaram coalizão e em outros não, com impacto diretamente no gerenciamento do evento. Apesar de não haver evidência eleitoral *pay-offs* de política ou eventos esportivos, persiste a ideia de que o fator bem-estar, na sequência de grandes eventos e triunfos esportivos podem dar um impulso político para os governos em exercício (JENNINGS, 2013).

A busca constante por megaeventos caracterizou o fenômeno como uma Política de Estado, logo há necessidade de aproximação entre gestores públicos, acadêmicos,

---

<sup>9</sup> Governo Federal; Estadual e Municipal do Rio de Janeiro.

pesquisadores e técnicos para que o risco do desperdício de recursos públicos seja minimizado. Outro fator é que a melhor aplicação recursos permite gerar mais emprego e renda para futuras gerações, indo além do evento.

As frequentes alterações nos projetos, desde o dossiê até a realização do evento, em função de diferentes problemas não previsto no orçamento inicial eleva a necessidade de investimentos e consequentemente endividamento público, segue abaixo quadro das instalações construídas para os Jogos Panamericanos de 2007.

Tabela 1 – Comparativa dos valores previstos e gastos para realização dos Jogos Panamericanos de 2007

Valores em milhões

Instalações	Previsto	Realizado	Aumento	
	R\$	R\$	R\$	%
<b>Complexo de Deodoro</b>	<b>11,24</b>	<b>119,80</b>	<b>108,56</b>	<b>965,84%</b>
<b>Estádio Olímpico João Havelange</b>	<b>87,40</b>	<b>395,65</b>	<b>308,25</b>	<b>352,69%</b>
<b>Cidade dos Esportes</b>	<b>126,05</b>	<b>224,43</b>	<b>98,38</b>	<b>78,05%</b>
- Arena Multiuso	67,60	127,46	59,86	88,55%
- Parque Aquático Maria Lenk	48,69	84,97	36,28	74,51%
- Velódromo	9,76	12,00	2,24	22,95%
<b>Total</b>	<b>224,69</b>	<b>739,88</b>	<b>515,19</b>	<b>229,29%</b>

Fonte: Elaboração própria (2013)

## 6.2 Jogos Olímpicos

A realização dos Jogos Olímpicos é uma iniciativa do país sede, onde, o mesmo toma ciência das exigências e condições para realização do evento. A fim de monitorar e acompanhar o andamento do prometido durante a candidatura o Comitê Organizador Internacional (COI) realiza periodicamente visita ao país sede, com objetivo de monitorar e apontar possíveis falhas no processo. De acordo com a Autoridade Pública Olímpica<sup>10</sup> (2011), as visitas de controle são assim distribuídas:

- Comissão de Coordenação (COCOM) – Grupo de gestores e membros do COI dedicado a cada edição de Jogos Olímpicos com periodicidade de duas vezes ao ano;
- Project Review (PR) – Dirigido pela presidente da COCOM e pelo Diretor Executivo do COI com periodicidade de quatro vezes ao ano;
- Visitas técnicas (VICR) – Técnicos do COI que realizam visitas com frequência variável, mas sempre antes dos do PR.

<sup>10</sup> Autoridade Política Olímpica (APO) foi um consórcio constituído pela União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, sob a forma de autarquia em regime especial. Criada pela Lei Federal nº 12.396, de 21.03.2011, Lei estadual nº 5.949 e a Lei municipal nº 5.260, ambas de 13.04.2011. A APO será extinta em 31 de dezembro de 2018 ou, antes, por decisão unânime dos membros do Conselho Público Olímpico.

Além do controle as visitas servem como instrumento de prevenção e conseqüentemente redução de desperdícios de recursos com construções desnecessárias ou demolições.

A realização dos Jogos Panamericanos de 2007 nos remete a pensar por analogia, que nos locais onde ocorreram as competições estariam prontos para as Olimpíadas de 2016. Entretanto, por diferentes motivos (estruturais, localização, dimensionamento de projetos e outros) infelizmente não poderão ser aproveitadas ou terão de serem realizados novos investimentos para adequações. Na realidade, o mundo da preparação e implementação megaeventos é altamente arriscado um lugar onde as coisas acontecem apenas com certa probabilidade, e raramente saem como inicialmente previstos (FLYVBJERG, BRUZELIUS E ROTHENGATTER, 2003).

## **7. Conclusão**

Como proposta, entendeu-se que existem necessidades de adequações entre os orçamentos públicos e as possibilidades de viabilização para realização dos eventos. As discussões internas no país com participação de acadêmicos, técnicos, e sociedade civil são alternativas para formulação de proposta e projetos viáveis com menor custo.

O Estado do Rio de Janeiro onde ocorreram os Jogos Panamericanos de 2007 e ocorrerão as Olimpíadas de 2016, possui sete universidades públicas que poderiam ser envolvidas no processo de tomada de decisões das construções do legado tangível. As instituições são mantidas com recursos públicos, a participação delas seria uma forma de retorno sobre o capital público investido, e ao mesmo tempo, uma valorização e reconhecimento da importância das academias.

A constante busca de realização de megaeventos caracterizou o fenômeno como uma Política de Estado e demonstrou a busca pela autonomia do país nos últimos vinte anos. Acreditamos que a inclusão da política de megaeventos nos Planos Plurianuais<sup>11</sup> e uma alternativa de forma para legitimar a criação de comitês interministeriais composto por especialistas, e estudiosos que trabalhem em conjunto com as diferentes áreas de governo.

Os comitês teriam objetivos de convergir às agendas e mapear as oportunidades e projetos de megaeventos, avaliar as necessidades da região que abrigaria e identificar as melhores estruturas a ser construídas, visando à utilidade das construções, no período posterior a realização dos eventos evitando desperdícios e necessidade de novos aportes com os recursos públicos.

Desta forma, acredita-se que o país minimize a possibilidade de futuros endividamentos a serem pagos por futuras gerações e aproveite em sua plenitude as estruturas e legados deixados pelos megaeventos para benefício da sociedade.

---

<sup>11</sup> Os Planos Plurianuais estabelecem as medidas, gastos e objetivos que os governos seguiram durante o período de quatro anos.

## Referências

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011. Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO. **Casa Civil**. Brasília, DF, 21 mar. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12396.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12396.htm)>. Acesso em: 17 abr. 2013.

\_\_\_\_\_, Controladoria Geral da União. **Jogos Rio 2016**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/rio2016/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

\_\_\_\_\_, Ministério do Esporte. Convênio nº 776444, de 11 de dezembro de 2012. A transferência de recursos financeiros para custear despesas com a elaboração de estudos, Plano Geral Urbanístico e Projeto básico, Executivos, visando à realização dos jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. **Diário Oficial da União**. Brasília, 11 dez. 2012. Seção 3, pag. 133. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=133&data=11/12/2012>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

\_\_\_\_\_, Ministério do Esporte. **Relatório sobre os XV Jogos Pan-americanos e o III Jogos Parapan-americanos realizados no Rio de Janeiro em julho e agosto de 2007**. Vol.01. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/panVolume1.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

\_\_\_\_\_, Tribunal de Contas da União. **Relatório de acompanhamento das ações e obras relacionadas aos jogos Pan e Parapan-americanos de 2007**. Processo TC 014-800860/2007-6. Brasília: TCU, 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERVO, A. L. **Brazil's Rise on the International Scene: Brazil and the world**. Revista Brasileira de Política Internacional, nº 53, p. 7 – 32, 2010.

FLYVBJERG, B., BRUZELIUS, N. & ROTHENGATTER, W. **Megaprojects and Risk**. Cambridge: Cambridge, University Press, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Leitura Econômica dos Jogos Olímpicos: financiamento, organização e resultados**. Texto para Discussão nº 1356. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1356.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1356.pdf)>. Acesso em 14 fev. 2013.

JENNINGS, W. **Governing the Games: High Politics, Risk and Mega-events**. Political Studies Review, Vol. 11, 2–14, 2013.

LAYSER, R. **Governo admite que Parque Aquático Maria Lenk não serve para Olimpíada**. Folha de São Paulo. São Paulo, 02 Dez. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u473928.shtml>>. Acesso em: 14 Fev. 2013.

MORLINO, L. **Explicar la calidad democrática: ¿qué tan relevantes son las tradiciones autoritárias.** Revista de Ciência Política, vol.27, nº 2, p. 3 – 22, 2007.

OLIVEIRA, A. **O emprego, a economia e a transparência nos grandes projetos urbanos.** Anais do Congresso da LASA (Associação de Estudos Latino-americanos) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. 11 a 14 de julho de 2009.

OMENA, Erick. **Desafios no caminho para o “Rio 2016”: o que nos dizem as experiências anteriores?** Revista eletrônica e-metrópoles – Observatório das Metrôpoles/IPPUR, p. 14-25, mar. 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano.** PNUD, 2011. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2011\\_PT\\_Complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf)>. Acesso em 15 abr. 2013.

RIO DE JANEIRO (Governo), Assembleia Legislativa. Lei nº 5.949, de 13 de abril de 2011. Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, RJ, 13 mar. 2011. Disponível em: <[http://www.apo.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/12/Lei-Estadual-5949\\_13\\_04\\_201111.pdf](http://www.apo.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/12/Lei-Estadual-5949_13_04_201111.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2013.

RIO DE JANEIRO (Município), Câmara Municipal. Lei nº 5.260, de 13 de abril de 2011. Autoriza o Município do Rio de Janeiro, por meio do Poder Executivo, a integrar, na forma de Consórcio Público de Regime Especial, a Autoridade Pública Olímpica – APO, ratifica o respectivo Protocolo de Intenções e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, RJ, 13 mar. 2011. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/e9589b9aab9cac8032564fe0065abb4/53b2103a53e36d018325787200617606?OpenDocument&ExpandSection=-3>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

\_\_\_\_\_, Tribunal de Contas do Município. **Auditoria Legado dos Jogos Pan-Americanos – Rio 2007. Abril e Maio 2007.** Disponível em: <http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/4511/LegadoPan2009.pdf>. Acesso em 17 abr. 2013.

\_\_\_\_\_, Tribunal de Contas do Município. **Relatório de inspeção especial, em atendimento a Resolução nº 457 de 11/09/2007, tendo em vista o decidido no processo nº 40/001.387/2007, em Sessão Plenária de 20/08/2007.** Disponível em: <http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/4589/Inspeção.pdf>. Acesso em 16 abr. 2013

RUBIO, K. **Os Jogos Olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um megaevento.** Revista eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, volume IX, ago. 2005.

VAINER, C.B. **Pátria, empresa e mercadoria.** In ARANTES, O. VAINER, C.B., MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VIGEVANI, T., OLIVEIRA, M. F., CINTRA, R. **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração.** Revista Tempo Social. Nov. de 2003.

WHITSON, D; HORNE, J. **Underestimated costs and overestimated benefits? Comparing the outcomes of sports mega-events in Canada and Japan.** Oxford : The Editorial Board of the Sociological Review, 2006.